

INTRODUÇÃO

A objetividade acadêmica desse trabalho, traz o controle de acesso; A principio buscaremos o entendimento e o conceito da palavra acesso, onde, o ingresso, caminho ou o ato de chegar, e de se aproximar há uma entrada, conseqüentemente, se faz necessário o controle do que e permitido através do empreendimento.

Literalmente a tecnologia entra para complementar as atividades do controle de acesso, mostrando que são partes do mesmo processo e naturalmente extinguirão as tradicionais chaves; Onde as pessoas serão suas próprias senhas.

Antes falaremos! Fomos direcionados a buscar os escorços históricos da segurança publica e segurança privada, ambas no Brasil. Vimos o Estado e a Sociedade com direitos e responsabilidades que são exercidas para a preservação da ordem publica e da incolumidade das pessoas, observada por órgãos. Buscamos o surgimento da segurança publica (policia), essa focada em amenizar a criminalidade e o nascimento da segurança privada que por decreto Lei iniciou se para a inibição das ações de grupos políticos de esquerda que buscavam recursos em assaltos á patrimônios.

Falaremos ainda da suficiência e a insuficiência no controle de acesso onde e necessário o compartilhamento entre as partes envolvidas para um procedimento adequado e eficaz.

1 SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL ESCORÇO HISTÓRICO.

A sociedade em tempos reais buscam uma segurança satisfatória com o intuito de serem protegidas, sabendo que e por direito da cidadania obter segurança nas devidas áreas de suas vidas, Sociais, Morais e Cívicas; no entanto o órgão segurança publica debaixo de autoridades constituídas ao longo dos anos sobrepõem seus princípios de Estado, direito e responsabilidade de todos.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Cíveis, Policiais Militares e Corpos de Bombeiros Militares.¹

Lembremos em tempos remotos da época da ditadura militar onde a provável policia militar que atualmente tem por função primordial ostentar e a preservar a ordem pública para fins de organização é uma força auxiliar ao Exército Brasileiro, essa mesma segurança publica na década de 1960 (mil novecentos e sessenta) em ordens repressoras exercia a proteção contra a própria sociedade.

Nos anos 70 o país vivia um sistema político de ditadura militar, nas décadas de 1980 e 1990, o entusiasmo tomava a uma esperança de obter uma segurança publica dentro de uma democracia, a sociedade esperava a minimização da criminalidade, mas diante das inúmeras dificuldades impostas dia a dia à segurança publica, a violência tem se proliferado.

Para melhor compreender o surgimento da Segurança Publica no Brasil, esboçaremos em linhas escritas sua historia a partir do século XIX.

1.1 Surgimento da Policia no Brasil (Segurança Publica).

Com a vinda da Família Real ao Brasil, em 1808, D.JoãoVI trouxe consigo a Divisão Militar da Guarda Real de Policia; Em meados de 1822 dá Declaração da Independência a segurança da população se confundia com a segurança do país. A legislação no entanto se

¹ Disponível: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_04.02.2010/art_144_.shtm - Acesso em 18/10/2014 às 16:49hs

equivocava do assunto e em 1824 a Constituição do Império nada promulgava no que diz a Segurança Pública. Em 1828 o Poder de Polícia era exclusivo das Câmeras Municipais, tendo em suas obrigações na Lei Imperial de 1º (primeiro) de outubro desse mesmo ano, disponibilizado no Art.66 e Incisos 1º ao 12º. (ANEXO 1).

Em 1831 nos governos provinciais e com a Independência. A Guarda Real de Polícia, extinguiu se, deixando a segurança a mercê das Milícias, cujo eram pessoas da própria província com disponibilidade de exercer a segurança, embora não cumprindo suas funções eram continuadores da guarda. O Brasil sendo governado pela Regência Trina; Tendo o governo de D.PedroII, as tropas formadas pela Guarda Real de Polícia se insurgiram contra o sistema.

“Proclamação de 15 de Julho de 1831 da regência permanente á tropa.

Soldados. _- A gloria que adquiristes no Campo da Honra, pela vossa briosa união no dia 7 de Abril, principia a declinar pelo espírito de insubordinação, e desordem, que alguns dentre vós acabam de manifestar. O susto, e a consternação, que tendes causado aos pacíficos habitantes desta Cidade, tomando as armas para enfraquecer o poder legal, que era vossa obrigação sustentar para triunfo heroico da nossa regeneração, não pôde deixar de tornar-vos estranhos á grande Família Brasileira, a que pertenceis; e esta só ideia deve cobrir-vos de um nobre pejo, para arrependidos tornardes ao grêmio da Nação, de que a vossa inconsiderada conduta parece ter-vos alienado. Se continuais obstinados em vossos erros, não podeis pertencer mais á Nação Brasileira; que não é Brasileiro, quem não respeita o Governo do Brasil.”²

Em 18 de agosto de 1831, foi editada a Lei que instituiu a Guarda Nacional, sendo banida na mesma Lei os atos da Guardas Municipais, Corpos de Melícias e Serviços de Ordenança. O então Padre Antonio Regente Feijó dizia em 1839, no senado; Da providencia sobre cidadãos portugueses que indevidamente juraram a Constituição do Império.

“Lembrarei ao Senado que, entre os poucos serviços que fiz em 1831 e 1832, ainda hoje dou muita importância à criação do Corpo Municipal Permanente; fui tão feliz na organização que dei, acertei tanto nas escolhas dos oficiais, que até hoje é esse

² Disponível: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6331/Guarda-Municipal-Instituicao-bicentenaria-mantendo-a-seguranca-publica-no-Brasil> - Acesso em 18/10/2014 às 15:55hs.

corpo o modelo da obediência e disciplina, e a quem se deve a paz e a tranqüilidade de que goza esta corte”.³

Por perspectiva futura e com uma visão sistêmica bastante avantajada; O líder Senador Regente Feijó, determina que a nova Polícia Brasileira deveria ser homologada em treinamentos com disciplina e com hierarquização, composta exclusivamente por voluntários que se dediquem permanentemente em tempo integral e com todas as suas energias a Segurança Pública. A fim de assegurar a ordem.

1.1.1 Definição (Segurança Pública no Brasil)

A finalidade é a preservação da ordem pública e de proteger o cidadão, e assegurar que as leis do país não sejam desrespeitadas. É dever do estado e responsabilidade de todos. A constituição no artigo 144,

Título V
Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas
 Capítulo III
Da Segurança Pública

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

³ Disponível: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6331/Guarda-Municipal-Instituicao-bicentenaria-mantendo-a-seguranca-publica-no-Brasil> – Acesso em 18/10/2014 às 17:16hs.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.⁴

declara que os órgãos responsáveis pela segurança nacional são as Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal , Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros; apenas esses órgãos tem poder de exercer a segurança publica no território nacional, sendo vedada a possibilidade de ampliar a lista dos órgãos denominados para tal(uma lista chamada de TAXATIVA, no latim uma enumeração fechada, ou limitada que significa que legisladores ou a constituições dos estados, não podem amplia lá ou aumenta a lista dos órgãos responsáveis pela segurança publica), apenas através de emenda a constituição federal poderiam ampliar os órgãos responsáveis da segurança publica.

1.1.1.1 Conclusão (Segurança Publica no Brasil)

No Brasil a segurança publica se tornou urgência nacional, devido o aumento da criminalidade no pais.Tem ganhado destaque entre os assuntos mais importantes, se tornou assunto de destaque nos meios de comunicação e noticiários, e assunto político, onde muitos tentam implantar inovadoras políticas de segurança, sejam especialistas na área ou da população de modo geral.

A violência se manifesta por meio da tirania, da opressão e do abuso da força. Ocorre do constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer ou deixar de fazer um ato qualquer. Existem diversas formas de violência, tais como as guerras, conflitos étnico-religiosos e banditismo. A violência, em seus mais variados contornos, é um fenômeno histórico na constituição da sociedade brasileira. A escravidão (primeiro com os índios e depois, e especialmente, com a mão de obra africana), a colonização mercantilista, o coronelismo, as oligarquias antes e depois da independência, somados a um Estado caracterizado pelo autoritarismo

⁴ Disponível:- http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_144_.shtm
- Acesso em 05/11/2014 às 13:24hs.

burocrático, contribuíram enormemente para o aumento da violência que atravessa a história do Brasil.⁵

O aumento da criminalidade, da violência, traz a população sensação de insegurança. Nos grandes centros urbanos as dificuldades relacionadas a segurança nacional, tem sido causados por inúmeros motivos, causas crescentes que tem desafiados especialistas e peritos no assunto, como o aumento da criminalidade, corrupção, desvio de verbas destinadas ao setor, aumento de custos operacionais, entre tantos outros. Nas grandes metrópoles, as dificuldades se tornam maiores, cidadãos não se sentem seguros ao sair nas ruas.

Atualmente a violência tem invadido o local onde a população se sente mais segura, as residências. Apesar dos esforços dos responsáveis pelo setor, o crime organizado, literalmente se tornou organizado, tem desenvolvido varias estratégias de criminalizar, através de golpes, assaltos, sequestros, sequestros relâmpagos, extorsões, e após dias novos crimes são descobertos.

Com esse desenvolvimento do crime, o estado brasileiro, interveio com medidas de prevenção e equipes especializadas, setores de inteligência, que estudam o comportamento e táticas dos criminosos, a fim de evitar que o crime se propaguem; Infelizmente o Estado Brasileiro se tornou incapaz de proteger a população, perdeu o controle da segurança publica, fato que cedeu espaço para o surgimento de empresas especializadas no setor, contratadas por cidadãos que possuem condições de pagar por esses serviços, investem na segurança pessoal dos familiares e bens pessoais.

Apesar dos esforços das autoridades, a segurança publica no Brasil, é considerada pela maioria da população como inexistente. Os índices de assassinatos, crescem a cada ano,

Edição do dia 28/05/2014
28/05/2014 09h45 - Atualizado em 28/05/2014 09h45

Brasil tem a maior taxa de homicídios desde 1980; Alagoas tem pior índice

Em 2012, foram registrados mais de 56 mil assassinatos. São Paulo e Santa Catarina são os estados com as menores taxas de homicídio.

⁵ Disponível:- <http://www.brasilecola.com/sociologia/violencia-no-brasil.htm> - Acesso em 05/11/2014 às 14:13hs.

Um levantamento feito a partir de números do Ministério da Saúde revelou o aumento da violência no Brasil. Em 2012, foram registrados mais de 56 mil assassinatos, um crescimento de quase 8% em relação ao ano anterior. A taxa de homicídios do país voltou ao nível de 1980 e as maiores vítimas são os jovens. O estado com o pior indicador é Alagoas.

No estado com o maior índice de homicídios do país, a população está assustada. “Insegurança, é um descontrole, a gente vive na mão de vândalos, não sei o que leva a isso, se é educação, base, estrutura de família. Está tudo destorcido”, afirma.

O mapa da violência mostra que, em um ano, Alagoas reduziu os assassinatos em mais de 10%. Mesmo assim, continua sendo o estado mais violento, com 64 homicídios por cem mil habitantes. Em seguida, vêm Espírito Santo e Ceará.

A média nacional é de 29 assassinatos por cem mil habitantes, a mais alta desde 1980. São Paulo e Santa Catarina são os estados com as menores taxas de homicídio.

As vítimas são, na maioria, jovens entre 16 e 25 anos. José Bruno dos Santos, de 18 anos, foi morto com 15 tiros. Segundo parentes, ele tinha envolvimento com o tráfico de drogas. “É o mais novo da família, aconteceu isso com ele. A gente não sabia que ele ia entrar nesse mundo”, lamenta um parente.

Muitos dos crimes que fazem de Alagoas o estado mais violento do país ocorrem na periferia da Região Metropolitana de Maceió. No bairro onde Bruno foi assassinado, outros três jovens também foram mortos a tiros em menos de 24 horas.

“A maior parte dos homicídios evolui da droga. A maior parte dos estados com o que se chama de homicídios por impulso ou por motivos fúteis e banais”, afirma Julio Jacobo.

O secretário de Defesa Social de Alagoas disse que algumas medidas para reduzir a violência já foram tomadas, mas que esse é um trabalho a longo prazo e afirmou que o estado vai continuar atuando nessa direção.⁶

se espalham pelo país, a violência, o aumento da população dependente de drogas, tem dado ênfase ao avassalador crescimento criminoso. O uso de entorpecentes tem gerado enormes prejuízos aos cofres públicos, mesmo não sendo eficiente o esforço do estado em prevenir a dependência química, se torna extremamente burocracia a prevenção de males como esse que assolam o país, os poderes supremos da nação parecem não perceber o problema da insegurança pública no país. Parecem mais preocupados em assuntos próprios ou que tragam vantagens pessoais, ignoram os fatos, até que sejam surpreendidos, quando a criminalidade bate a sua porta. Em várias ocasiões, onde figuras nacionais se tornam vítimas da criminalidade, são tomadas medidas de precauções, leis são sancionadas, depois de muitos inocentes terem sido atingidos das mais variadas formas e perdas sejam, de entes queridos ou patrimoniais. Talvez a causa do aumento expressivo da criminalidade, seja o fato de que as leis que regem o país, estejam ultrapassadas, cheias de brechas, onde a mesma lei que condena é a mesma que absolve.

⁶ Disponível:- <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/05/brasil-tem-maior-taxa-de-homicidios-desde-1980-alagoas-tem-pior-indice.html> - Acesso em 05/11/2014 às 15:04hs.

2 SEGURANÇA PRIVADA NO BRASIL

ESCORÇO HISTÓRICO

No início a necessidade era de se proteger de animais e outros grupos de pessoas que atacavam sua família, depois para a proteção do seu terreno, seu local de moradia e aconchego. Posteriormente a necessidade foi pelos seus bens patrimoniais e hoje ela atinge os bens intangíveis, como as informações, a imagem da empresa, etc.

Com o início de formações de pequenos grupos, os mais fortes eram escolhidos como protetores desses grupos e buscavam mais terras, atacando grupos rivais, roubando-lhes seus bens, esposas e filhos na tentativa de escravizá-los ou até mesmo de extinguir aquele povo rival.

As armas utilizadas por aqueles homens eram o fogo e armas feitas de madeira e pedras. O sistema de alarme eram os animais e seu bunker era a caverna.

Com a evolução do mundo, os riscos foram aumentando, pois as necessidades de segurança aumentavam, o homem queria proteger mais do que sua vida, ele queria manter sua família e suas terras.

Mais tarde, com a fixação dos acampamentos, onde posteriormente seria uma ladeia ou cidade, o homem teve sua preocupação aumentada pela perspectiva de perder tudo com a invasão de povos rivais.

Foram iniciadas as barreiras de proteção, que seriam os muros, as valas, os rios, etc. foram buscar pontos estratégicos para o posicionamento da cidade, de onde tinham uma vista privilegiada a fim de não serem pegos de surpresa.

No século XVI, na Inglaterra, surgiam os primeiros “vigilantes”. Eram pessoas escolhidas por serem hábeis na luta e no uso da espada, remuneradas por senhores feudais, com os recursos dos impostos cobrados aos cidadãos. Típico da segurança pública.

Só no século XIX, em 1852, que, devido às deficiências naturais do poder público, os americanos Henry Wells (desembargador, (12/12/1805 à 10/12/1878), foi um empresário norte americano importante na história tanto da American Express Company e Wells Fargo & Company e Willian Fargo (20/05/1818 à 03/08/1881), criaram a primeira empresa de segurança privada do mundo. A WELLS FARGO (é uma companhia dos Estados Unidos da América que presta serviços financeiros. A sua rede de subsidiárias ligadas ao crédito pessoal estende-se ao Canadá, às Marianas Setentrionais e às Caraíbas. A Wells Fargo nasceu da aquisição da Wells, Fargo & Co. ...)

Na verdade era uma empresa que fazia escolta de cargas. As cargas não eram trazidas por caminhões, mas por diligências ao longo do rio Mississippi.

Em 1855, foi criada a Agência Nacional de Detetives Pinkerton, que foi uma agência investigação e segurança particular fundada nos Estados Unidos da América por Allan Pinkerton (25/08/1819 à 01/07/1884) foi um detetive e espião mais conhecido por criar a Agência de Detetives Pinkerton Nacional, detetive que ficou famoso ao frustrar uma conspiração para o assassinato do presidente Abraham Lincoln,

A PINKERTON'S(Pinkerton Detective Agency Nacional - **Consulting and Investigations**), que fazia o serviço de proteção das estradas de ferro tinha como logotipo da agência um olho aberto com as palavras "We Never Sleep" (nós nunca dormimos),

Já em 1859, as instituições bancárias estavam em pleno desenvolvimento e Perry Brink, fundou em Washington, a BRINK'S, que, inicialmente fazia a proteção de transportes de cargas, e, em 1891, fez o primeiro serviços de segurança de transporte de valores, tornando-se a primeira empresa de transporte de valores.

2.1 Segurança Privada No Brasil

No Brasil, já em 1626, apresentava altos índices de violências e de impunidade de crimes. Por causa disso, o Ouvidor Geral Luiz Nogueira de Britto, determinou a criação de um grupo de segurança, conhecidos como “quadrilheiros”. Seus integrantes eram escolhidos entre os moradores das cidades e através de trabalho voluntário, prestavam um juramento de bem servir à sociedade. Com a evolução da Coroa e mais tarde República, a segurança evoluiu das milícias privadas para os serviços orgânicos de segurança pública (polícias) e privada (segurança patrimonial). Foi então que, através dos Decretos-Lei nº 1.034, de 09 de novembro de 1969 e nº 1.103, de 03 de março de 1970, as empresas de segurança e vigilância armada privada, surgiram em nosso País. Esses decretos, regulamentavam uma atividade até então considerada paramilitar e exigiam que os estabelecimentos financeiros (bancos e operadoras de crédito), fossem protegidos por seus próprios funcionários (segurança orgânica) ou através de empresas especializadas. (contratadas). Tal medida, tinha como objetivo inibir as ações de grupos políticos de esquerda que buscavam recursos, em assaltos a estabelecimentos bancários, para financiamento de sua causa revolucionária. As empresas de segurança privada foram limitadas a um número de cinquenta no Estado de São Paulo e eram controladas pela Secretaria de Segurança Pública, até 1983, quando sua fiscalização ficou sob a responsabilidade dos governos estaduais.

A demanda por segurança privada aumentou ao longo dos anos e a prestação de seus serviços deixou de ser exclusividade em instituições financeiras, passando a ter importância fundamental também para órgãos públicos e empresas particulares. O auge dos serviços foi em 1970 e a crescente procura exigia uma normatização, pois o Decreto de 1969, já não comportava todos os aspectos da atividade. O governo federal, em 1987, regulamentou a atividade através da Lei 7.102/83.

A fiscalização deixou de ser estadual (SSP) para ser federal, através do Departamento de Polícia Federal (Ministério da Justiça) em 1995, através da Lei 9.017/95.

Em seguida o Departamento de Polícia Federal criou a Portaria 992/95 que estabeleceu os critérios para a realização dos cursos de vigilantes e outros parâmetros para atuação da segurança privada no Brasil. Surgem, neste momento, as escolas de formação de vigilantes.

Depois disso pouca coisa mudou até 2006, quando foi publicada a Portaria 387 e, posteriormente, suas atualizações (Portarias: 515/07; 358/09; 408/09; 781/10 e 1670/10).

Em 2012 a Portaria 387 foi revogada com a publicação da Portaria 3233/12, que entrou em vigor a partir de janeiro de 2013.

É necessário entender que muitas mudanças almejadas pela sociedade e, principalmente, pelo segmento da segurança privada não ocorreram ainda porque a Polícia Federal não pode contrariar a Lei, então há de se ficar claro que as leis 7.102/83; 8.863/94 e 9.017/95 são as que regem a segurança privada e elas são aprovadas pelo Legislativo, por este motivo é que aguardamos ansiosos a publicação do estatuto da segurança privada, que na verdade será uma Lei que substituirá estas que ordenam a segurança privada.

Desse modo o Departamento de Polícia Federal poderá criar novas Portarias que tragam os efeitos necessários.

Ainda a título de esclarecimento, o Decreto 89.056/83 regulamentou a Lei 7.102/83.

Já as Portarias são atos administrativos que não podem contrariar as leis.

Como exemplo, cito a exigência da escolaridade do vigilante. A Lei 7.102/83, no seu Artigo 16 exige que o candidato a vigilante tenha instrução correspondente à 4ª série do 1º Grau. Isso quer dizer que a Portaria do DPF não pode alterar esta exigência a menos que seja publicada outra Lei (estatuto da Segurança Privada), determinando uma nova qualificação de instrução para exercer a função de vigilante.

Outro exemplo é falta da exigência do Gestor de Segurança na nossa legislação.

Estes são apenas dois exemplos dos inúmeros motivos da –tão aguardada, Lei ou Estatuto da Segurança Privada.

A expectativa dos profissionais de segurança, é que a Lei seja aprovada ainda neste semestre. Mas aí já é uma outra história.⁷

2.1.1 Definição (Segurança Privada no Brasil)

A segurança privada especificamente, visa a prestação de serviço em instituições particulares, privadas ou públicas, e por meios legais são contratadas para desenvolverem o trabalho conforme as necessidades do cliente ou seja preservando o patrimônio e as pessoas que estão adequadas no espaço patrimonial. Auxiliadora da Segurança Pública, complementa sua aplicabilidade dando suporte ao Estado que por sua vez, não consegue estar presente em todo o tempo.

O estado é o titular da segurança pública e nos termos do artigo 144 da Constituição Federal, é dever do estado, direito e responsabilidade de todos e exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Suas atividades e de responsabilidade do Ministério da Justiça, tendo suas disciplinas e fiscalizações do DPF (Departamento da Polícia Federal). Verifiquemos Anexo 2.

⁷ Disponível: <http://niziodobem.blogspot.com.br/2013/04/conheca-um-pouco-da-historia-da.html> - Acesso em 23/10/2014 às 17:25hs

3 ACESSO

Ao falarmos de acesso, temos um breve conceito, abrangendo o ingresso, caminho ou ato de chegar ou de se aproximar. Podendo também significar uma entrada, comunicação ou caminho. É de extrema relevância lembrarmos em “controle de acesso” onde o principal foco é a segurança do patrimônio, sendo agregados a segurança física e segurança eletrônica direcionando publico, eventos, grandes movimento envolvendo pessoas.

“Desde os primórdios que se faz controle de acesso. Intuitivamente o homem primitivo rolava a pedra para fechar a caverna com o objetivo de controlar o acesso e proteger-se de outros animais os alimentos e sua vida. Com o surgimento da sociedade organizada e civilizações, se faz necessário a utilização de dispositivos mecânicos para limitar os acessos; trancas, fechaduras para portas, janelas e cadeados.”⁸

A necessidade de proteção existe desde que o homem surgiu no planeta. Machados de pedra, lanças, arcos, e esconderijos em cavernas, eram os métodos utilizados por nossos ancestrais. Eles formavam grupos compostos pelos mais dotados fisicamente, para proteção das suas famílias, sempre ameaçadas por grupos rivais que tentavam conquistar seus territórios, saquear seus bens, roubar suas mulheres e filhos, escravizar ou exterminar seu povo.

4 MONITORAMENTO

Monitoramento, no que se diz a respeito a segurança eletrônica e segurança física, sobrepondo uma visão holística dentro da organização, no projeto, no investimento, no planejamento, abrangendo sensoriamentos, alarmes internos e externos, dispositivos de aberturas de portas, detectores de veículos e câmeras CFTV (Circuito Fechado de Televisão), ate mesmo a monitoração de controle de acessos de pessoas e carros (entrada e saída) diante de cadastros. Podendo atribuir contratualmente a monitoração em princípios de incêndios, geradores de energia, área perimetral, vazamento hidráulico.

⁸ Diz o Sr. Teanes Silva – Integrante da Comissão De Estudos Especiais de Segurança e Saúde Operacional (ABNT / CEE – 109) – Professor de Tecnologia Aplicada em Segurança Eletrônica na Anhanguera Osasco - 2014

“Segurança Eletrônica é uma ferramenta de auxílio ao profissional de segurança no intuito de facilitar através de equipamento sonoro e de visualização o ingresso de pessoas, autorizadas ou não, no Empreendimento.”⁹

Importante ressaltar, o monitoramento tem como ferramenta física o controle de acesso, auxiliador praticamente inseparável nas ações que convém e faz jus reportar o monitoramento ao controle de acesso.

É viável ao monitoramento que obtenha planejamentos emergenciais, pois havendo riscos indesejados de grande maledicência ao patrimônio ou a organização. Implantem emergencialmente planos de contingências satisfatórios afim de proteger tanto a segurança física quanto a segurança eletrônica.

5 CONTROLE DE ACESSO

Primeiro passo é ter o controle de que é permitido à acessar determinado local, isto é feito com segurança quando ha identificação e monitoramento, seja através de câmeras de segurança ou pessoas física preparadas para o desempenho da função, no qual são fatores fundamentais que contribuem para a garantia de segurança e prevenções de riscos, que são atividades voltadas contra ações deliberativas, geralmente criminosas.

“ações coordenadas cujos objetivos são proteção das pessoas físicas, dos materiais, a preservação do patrimônio, a prevenção de acidentes nos sistemas operacionais e a preservação da confidencialidade de ativos tangíveis e intangíveis, cujo escopo abrange a totalidade de uma organização”¹⁰

O controle de acesso dependendo do cenário pode ser feito com pessoa física (porteiros, seguranças, recepcionistas e auxiliares operadores) ou através de meios mecânicos como barreiras física (portas, fechaduras, cadeados, cancelas, janelas) e por meios tecnológicos.

Na segurança o controle de acesso é de suma importância para identificar as pessoas presente em determinado local ou área controlada. Controlar é exercer o controle, fiscalizar,

⁹ Livro:- Gestão de Segurança Patrimonial do autor Jair Barbosa – pg 150 (Coleção Gestão) - 1 Titulo – Editora Globus - 2012

¹⁰ Livro:- Competitividade em segurança empresarial dos autores Fernando Só e Silva; Gregorio Varvakis e Dagoberto Lorenzetti – pg53 cita Brasileiro (1999) - Editora Atlas – 2010

ter o domínio. Monitorar é observar, acompanhar, dirigir ou submeter o controle através de monitor, lembrando que um monitor pode ser pessoa física ou câmeras de CFTV (Circuito Fechado de Televisão).

“O controle de acesso confere um dos instrumentos fundamentais na metodologia de Segurança Patrimonial, pois sua adoção acarreta a delimitação da possibilidade de ocorrência dos riscos danosos inerentes ao Empreendimento a ser protegido”¹¹

O controle de acesso, proporciona uma riqueza de metodologia na segurança conforme o planejamento exigido no projeto, este quando integrado ha um sistema de alta tecnologia aliados a equipamentos de ultima geração, integra todas as rotinas de acesso na segurança de um local ou área controlada, podemos identificar algumas características como : controle de identificação de crachás, biometria ou código de acesso - bloqueio físico de passagem e restrições de acesso - controle online - controle de veículos (entrada e saída), entre outras. A instalação de um sistema de controle de acesso pode variar de acordo com a tecnologia utilizada e exigida em cada projeto. Com o avanço da tecnologia abre cada vez mais um leque de opções com a função de aumentar o nível de segurança em determinados locais.

6 CONTROLE DE ACESSO E AS TECNOLOGIAS

A tecnologia surgiu para complementar as habilidades do se humano e facilitar a execução de suas atividades, e não para substitui-lo. O ser humano e a tecnologia são parte de um mesmo processo.

Com o avanço da tecnologia o foco principal no controle de acesso é extrair o máximo de recurso e equipamentos de ultima geração para utiliza-lo de maneira adequada conforme cada projeto e cenário, integrando a tecnologia com o homem, onde os meios tecnológicos são posicionado no lugar certo cobrindo as vulnerabilidades e multiplicando o potencial de segurança em determinada área controlada. Os sistemas de controle de acesso vem cada vez mais se adaptando as necessidades das gerações conforme vem inovando, exigem soluções agiu e flexível.

¹¹ Livro:- Gestão de Segurança Patrimonial do autor Jair Barbosa – pg145 (Coleção Gestão) - 1 Titulo – Editora Globus - 2012

Alguns métodos de controle de acesso utilizados podem ser incorporado em smartphone e também em outros dispositivos moveis, e pode eliminar chaves de quaisquer lugar podendo por qualquer motivo de erro bloquear portas, portões, gavetas, janelas, etc...

6.1 Tipos de Controle de Acesso

Existe dois componentes principais para um sistema de controle de acesso em segurança: Biometria e Cartões, usado como chave para permitir ou negar acesso. Para entender a Biometria usada em controle de acesso e necessário saber sua historia;

Na dinastia Tang – China (800 DC), o então especialista em Biometria – Ricardo Yagi, afirmou que as impressões digitais dos indivíduos eram grafadas em barro para confirmar sua identidade. Já na Europa em 1686, na Espanha – Marcelo Malpighi professor de anatomia, pesquisava as linhas, curvas e espirais da impressão digital e em 1892 – Francis Galton publicou a primeira classificação dos tipos de impressão digital. Que perduram ate os dias de hoje.¹²

Sendo a Biometria o estudo das medidas das características físicas e comportamentais, tendo como finalidade a identificação de pessoas. Classifiquemos:

Biometria da Iris e a identificação de pessoas pelo reconhecimento das retinas ou Iris dos olhos sendo lidas pelo formato dos vasos sanguíneos .

Biometria da palma da mão e a identificação de pessoas através das curvas e linhas e posicionamento das veias vasculares.

Biometria facial e a identificação de pessoas pelas medidas faciais, conjunto incorporado de crânio, olhos, nariz, boca e lábios.

Biometria digital e a identificação de pessoas pela leitura digitais dos dedos.

Sabendo se que o corpo humano e semelhante a outro, mas com características diferente seja ele em medidas ou impressões digitais e tornando se sua própria senha em controle de acesso. A tecnologia busca dentro das necessidades novos métodos de leitura na Biometria, isto esta na exigência de nossos clientes buscando segurança com mais eficiência nos acessos, entre eles esta a Biometria do Odor, Biometria da analise do DNA e a Biometria dos padrões da veia.

¹² Disponível - <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u21496.shtml> Acesso em 28/09/2014 às 20:15 hs.

6.1.1 Segurança física, Cartões no Controle de Acesso

Na segurança física usa se cartões de segurança para autorizar as pessoas a entrar em determinados acessos como empresas, prédios, hospitais, órgãos públicos, recepções, salas, etc..., Os diferentes tipos de cartões de segurança traz agilidade e rapidez no controle de acesso, visando o cadastramento antecipado de informações como nome, registro geral (Identidade), empresa; as restrições de horários e as limitações de acesso são impostas pelo patrimônio.

Cartão de segurança com código de barra se codifica por números ou letras e são reconhecidos pelas extremidades do cartão, ao passar no leitor óptico as tarjas pretas segura a luz e o branco refletem o sequencial dos números e ou letras liberando o acesso permitido.

Cartão de inserção ao inserir o cartão e feita a leitura, posteriormente liberado o acesso o cartão de segurança e devolvido.

Cartão de aproximação ao aproximar ao leitor o acesso e permitido.

Cartão de segurança RFID – Radio Frequency IDentification identifica por sinais de uma antena, sobrepondo sua armazenagem de dados em uma etiqueta e esta transmite ao processador de liberação a liberação ao acesso.

Conseqüentemente a Biometria e os Cartões de Segurança em controle de acesso serão sem duvida, substitutos de chaves tradicionais, abrindo portas em estabelecimento particulares e deixando o patrimônio em confiabilidade contra roubos e furtos.

7 ANÁLISE DO CONTROL DE ACESSO

A descrição literalmente se aplica ao procedimento. Uma ferramenta altamente necessária em toda e qualquer organização, o controle de acesso é essencial para o controle, segurança e organização da empresa. Apenas o procedimento não é eficaz, são necessárias ferramentas e tecnologia no setor que auxiliam no controle total das dependências da organização. O controle de acesso abrange pessoas, mercadorias, documentações, tráfego de veículos e influencia diretamente em todos os setores da empresa.

Pelo visto a segurança não é somente tecnologia, exige-se estar acompanhado de outros elementos que entre si, se completam. Pode-se na forma de regra compelir em três componentes essenciais na constituição de uma segurança funcional e desejada, considerados a tecnologia, os processos de administração e operação e por último, o treinamento das pessoas.¹³

Inicialmente o controle de acesso controla o tráfego de pessoas que circulam nas dependências internas, Identificam funcionários, visitantes e qualquer individuo que deseja adentrar nas áreas da empresa. A importância desse procedimento em relação ao controle de pessoas, refere-se a alguns aspectos do setor de segurança pois ao controlar o acesso de pessoas que não fazem parte da empresa, evitam a exposição da mesma, pois sem esses procedimentos a empresa se torna vulnerável a invasões que podem gerar roubos, desvios de mercadorias, contrabando, ações criminosas que são maléficas a empresa e comprometem a reputação da mesma no mercado. Ainda controlam e impedem que indivíduos da concorrência tenham acesso e cometam atos de espionagem e ou sabotagens contra a organização gerando prejuízos incalculáveis.

Uma vez conhecidos os riscos, o Gestor de Segurança saberá quais os mecanismos preventivos a serem adotados como vacina sobre as probabilidades de ocorrências em face do empreendimento.¹⁴

Em relação a mercadorias, o controle de acesso é extremamente necessário, pois sem o mesmo, não seria possível controlar e documentar a origem e destino de todo e qualquer

¹³ Livro:- Gestão de Segurança Patrimonial do autor Jair Barbosa – pg 139 (Coleção Gestão) - 1 Titulo – Editora Globus – 2012

¹⁴ Livro:- Gestão de Segurança Patrimonial do autor Jair Barbosa – pg 138 (Coleção Gestão) - 1 Titulo – Editora Globus – 2012

produto que é inserido nas dependências da organização. Um dos benefícios é evitar desvios de material pertencentes a empresa, através de pessoas que participam do conjunto de pessoas com acesso permitido, ou o uso das dependências, para praticas criminosas. Podemos usar como exemplo a prática de contrabando, que se identificadas por órgãos de fiscalização governamental serão de extremo prejuízo para a empresa.

Risco: é a probabilidade de o patrimônio sujeitar-se a fatores (incidentes, vulnerabilidade e ameaças) que venham colocar em perigo, gerar perda ou dano aos ativos, comprometendo a continuidade das atividades da corporação, e assim consequentemente do lucro.¹⁵

Notas fiscais, correspondências, telegramas, Correspondências de assuntos jurídicos, ligados a empresa, ou a funcionários, propagandas (revistas, jornais, panfletos etc...), mala direta, fazem parte de documentos que dizem respeito a empresa, são de grande ou pequena importância, em algumas ocasiões de extrema importância. Com o controle de acesso, é possível que o mesmo chegue ao destinatário num curto espaço de tempo. Em se tratando de notas fiscais, os procedimentos identificam o produto, destino, e isso auxiliam setores como almoxarifado, que receberá mercadorias realmente destinadas a empresa, evitando recebimento de produtos que não são necessários, além de evitar desperdícios de verbas para devoluções ou identificação e despacho de mercadorias desnecessárias ou desviadas. Existem ainda correspondências de cunho jurídico, que devem ser entregues num curto espaço de tempo, pois existem ocasiões em que a empresa depende de prazos estipulados, e que apesar de toda tecnologia disponível no mercado, alguns documentos são necessários estar documentados, como notificações Judiciais por exemplo, que caso haja desvio, perda ou de prazo, podem gerar prejuízos a organização.

É comum a circulação de veículos nas dependências da empresa. As origens são variadas: frota da empresa, veículos de funcionários, veículos de clientes, fornecedores e visitantes. No controle de acesso são identificados: o condutor do veículo, acompanhantes, entrada e saída de mercadorias através dos mesmos, ainda horários e tempo de estadia. O setor também gerencia áreas destinadas aos veículos, direcionando a área específica e reservada para cada especialidade, por exemplo, área só para visitantes, diretores, clientes, e funcionários. São tantos os benefícios do controle de acesso que muitas vezes auxiliam na dissolução de problemas dentro das empresa e evitam prejuízos.

¹⁵ Livro:- Gestão de Segurança Patrimonial do autor Jair Barbosa – pg 137 (Coleção Gestão) - 1 Titulo – Editora Globus – 2012

Qualquer organização que não possua o procedimentos de controle de acesso, será fadada ao fracasso, Pois exposta nunca terá defesa contra intermináveis ataques ,maledicências, espionagem, sabotagens prejuízos e conseqüentemente será exterminada, banida, abrindo espaço para concorrência. Porem, na era moderna será sempre necessário o aprimoramento do setor, de equipes e investimentos em tecnologias de ponta que auxiliam no controle e segurança da empresa que estão diretamente ligados.

Dentro da área de Segurança essa é a modalidade que mais cresce, muito pelo fato de que Segurança Eletrônica transfere uma sensação de Segurança ao usuário e devido ao baixo custo de sua instalação e pela mínima manutenção, é utilizada desde grandes Empreendimentos até residências.¹⁶

Atualmente a área da tecnologia disponibiliza ferramentas altamente eficazes, que impedem, controlam e evitam fraudes no setor. Um exemplo, é o CFTV, sistema de câmeras, que permite a visualização de todas as áreas e setores da empresa. Por um único membro da equipe responsável pelo setor, além de arquivar todo conteúdo captado, auxiliando na identificação de setores que exijam maior controle; identificam indivíduos que cometem mal conduta, e muitos outros benefícios que auxiliam no sucesso do setor. É considerado indispensável para a segurança total da empresa. Não existem fatores negativos na aplicação do setor, pois só trazem benefícios.

O controle de acesso é um setor que abrange gerenciamento e prevenção. quando bem analisado evidencia a importância do setor um dos poucos que contribui diretamente no equilíbrio de qualquer empresa, seja de pequeno, médio ou grande porte, pois se analisado a fundo, conclui-se que todas as organizações, obrigatoriamente dependem do setor, para proteger o patrimônio e as pessoas.

¹⁶ Livro:- Princípios da Segurança Privada – Conceitos para Gestores de Segurança – autor Jair Barbosa – pg. 82 - São Paulo: Globus Editora e Livraria Ltda.

8 PRÓS (BENEFÍCIOS) E CONTRAS (VULNERABILIDADE)

Prós (Benefícios)

Com o crescimento da população e a necessidade de se sentir seguro, as pessoas estão investindo em uma área de segurança em plena ascensão, essa por sua vez estabelece critérios de segurança satisfatória amenizando roubos, sequestros, furtos, etc...

Estamos expondo a Segurança Privada juntamente em seu meio o Controle de acesso, com a evolução das necessidades evoluem as câmeras de vigilância, interfones e portões eletrônicos cujo estão gravados em nosso entendimento. Mesmo assim há invasões em condomínios, empresas, órgãos públicos, etc..., tem se proliferado, supostamente bem protegidos à milhares de ocorrências a cada dia.

“Os moradores exigiam equipamentos mais eficientes de controle de acesso, o prédio tem 17 anos e tudo estava muito ultrapassado. Tivemos um caso de um carro que foi arrombado na garagem, o condomínio é assegurado, mas mesmo assim é uma situação que deixa todos meio inseguros”, declara Coelho. “Planejávamos uma reforma no condomínio e incluímos a instalação de câmeras de vigilância de alta resolução e interfone com senhas individuais na mesma chamada e caixa. Fizemos diversos orçamentos e o custo de instalação dos equipamentos foi menor do que imaginávamos”.¹⁷

A população encontra se interessada em novos controles de acesso, com o sistema ultrapassado exigem equipamentos mais sofisticados nos seus condomínios, empresas, órgãos públicos, etc...; Essa exigência se da por quererem um controle de pessoas mais eficiente com a finalidade de assegurarem pessoas e o patrimônio.

A tecnologia possibilita equipamentos para o controle de acesso, hoje existem patamares em sistema de segurança, tais como: câmeras de segurança de alta resolução são interligadas a interfones e a sensores de presença, que podem acompanhar toda movimentação nas entradas, garagens e áreas comuns dos patrimônios assim como controle da hora de entrada e saída de um prestador de serviço.

Antigamente a referida proteção era por um alarme onde os invasores adentravam e esse disparava uma sirene barulhenta que espantava o delinquente, depois vieram as câmeras

¹⁷ Disponível: <http://www.vivacondominio.com.br/tag/controle-de-acesso-para-condominios> - Acesso em 01/11/2014 às 10:57hs

analogicas, conectadas a um computador com capacidade e resolução limitada e surgindo as câmeras digitais de alta definição que operam em redes conectadas a outros dispositivos de controle; E já existindo em controle de acesso os equipamentos de biometria que e a nova geração de identificadores de impressão digital. “Verificar o capítulo anterior”.

O controle de acesso se manifesta em benfeitorias ao patrimônio, trazendo a minimização de custos, há portarias e recintos, cujo já não fazem o uso de trabalhos profissionais, extinguindo alguns do quadro de cooperadores, as pessoas são adentradas por liberações cadastrais e monitoradas por sistemas de segurança, ganhando em tempo.

A procura por condomínios empresariais que tenham implantado o sistema de controle de acesso tem aumentado gradativamente grandes e pequenos empresários buscam lugares com uma segurança satisfatória com essa perspectiva os gestores condôminos obtém em seus alugueis um aumento considerável.

Os condomínios residenciais que instalaram o controle de acesso, tem seus filhos nas ruas do condomínio brincando com maior segurança sendo assistidas pelos pais, conseqüentemente obtiveram a valorização de mercado imobiliário a duplicação de valor do imóvel.

Nas empresas privadas e publicas, que possuem o controle de acesso tem melhor performance no quesito acesso, controlando funcionários e pessoas em suas entradas e saídas sendo acompanhadas e direcionadas a recintos com segurança, transparecendo a sensação de estarem protegidas dando se em ganho a confiabilidade.

Contras (Vulnerabilidades)

Os condomínios estão expostos aos invasores, e a maioria deles entram pela porta de acesso de pedestres e veículos. Os empreendimentos devem arcar com os procedimentos e aderirem junto a segurança fazendo cadastro de moradores, funcionários (determinando horário de entrada e saída, assim igual aos dias de semana) e de terceiros. É necessário fazer que os condôminos, funcionários e pessoal que prestam serviços terceirizados, entendam que a verificação de veracidade da visita é a liberação de entrada ou não de pessoas. Os condomínios erram na contratação e seguem com a falha de normas e controle; Motivo pelo qual, bandidos se adentram pela porta da frente de acesso invadindo empreendimentos como condomínios residenciais e empresariais, assim como patrimônios públicos ou privados que não aderem um controle de acesso provido de normas e procedimentos.

Os serviços de segurança podem ser vendidos por empresas especializadas na área, devidamente regulamentadas, como também podem fazer parte do quadro organizacional de qualquer empresa que tenha outra atividade econômica diversa da vigilância. Neste caso, tais serviços são denominados serviços orgânicos de segurança, ou seja, são atividades realizadas pela própria empresa que utiliza quadro funcional próprio, sem recorrer ao processo de terceirização do serviço. Da mesma maneira como as empresas que vendem serviços de segurança, aquelas que optam por ter seu pessoal próprio para a execução dessa atividade necessitam cumprir as mesmas obrigações e regulamentos estabelecidos por Lei às empresas de vigilância, porém não estão autorizadas a comercializar estes serviços.¹⁸

Hoje condomínios se aprimoram as normas de acesso, mas encontram dificuldades; Os condomínios introduziram um procedimento, entregam um molho de chaves ao condômino com controle para a abertura da garagem e de um dos portões da eclusa de pedestre e o portão da garagem quando acionado, o porteiro visualiza o cadastro liberando ou não a pessoa e o próprio veículo; O condômino condutor precisa abaixar o vidro para ser reconhecido. Outro procedimento diferenciado de chamada e o toque no interfone para caso de anormalidade, o problema que a maioria não aderem essa norma.

¹⁸ Livro:- Segurança Privada – A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo – Autora:- Viviane de Oliveira Cubas – Associação Editorial Humanitas – 2005 – pg.77

9 CONCLUSÃO

Diante do material de pesquisa sobre segurança pública obtive dois lados, a polícia militar e a violência, cujo fazem parte de um processo visto pela sociedade; Dever do estado, direito e responsabilidade de todos, e exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas do patrimônio.

Hoje, as circunstâncias da polícia se encontram em desvalorização de seus próprios métodos. Com o sistema ultrapassado e vista de uma maneira obscura, certo que a ditadura impregnou na corporação atos costumeiros e repressivos, onde a ética e a moral se degradaram, os responsáveis oficiais – gerais estimulavam e defendiam a tortura, ao meu entendimento levaram o exército na época ao maior desastre de sua história. A ditadura em sua antiga política se associava a dois conceitos; A primeira se relacionava na concepção absolutista da segurança da sociedade e a segunda a Lei Suprema, onde a grande punição corporal ordenado por sentença, havendo terrorismo, os militares entravam em cena, o pau canta, os presos falam, e o terrorismo acaba. Na época essa mesma polícia era americanizada na prática e na desenvoltura da criminalidade contra presos, se um deles tivesse algo a aprender com a utilização do pau-de-arara ou choques elétricos, era americano e não brasileira.

A visão da sociedade moderna ainda traz consigo as marcas da ditadura a respeito da segurança pública envolvendo a polícia atual, por conseguinte mostram hoje, uma polícia amiga e capazes de serem eficientes.

A violência em ativo progresso tem elaborado projetos dentro da criminalidade, deixando pessoas aterrorizadas. As consequências disto se da por motivos óbvios, ao saberem (as facções dos crimes) que o sistema público não há uma metodologia tecnológica ativa e inovadora se propiciam desta falha e conseqüentemente se motivam para obter regalias como o poder, finanças ilícitas até mesmo responsabilidades públicas e privadas em prol de seus próprios interesses envolvendo pessoas à pratica do crime.

Tendo a sociedade uma segurança publica precária, a população considerada classe média alta, está contratando a segurança privada, essa por sua vez auxilia a segurança pública, a mesma e fiscalizada pela polícia federal e são impostas para a proteção de pessoas e do patrimônio. Hoje a segurança privada, está sentindo a pressão do órgão público (POLÍCIA), a tomarem iniciativas para inibirem a criminalidade (“esses atos já implantadas nas empresas de segurança”), lembremos que a segurança privada não tem o poder de polícia, mas com o conhecimento de Lei estão aptos a desenvolverem seu profissionalismo dentro de sua área de

segurança e cumprindo com seus deveres ousados são assegurados pela excludente de ilicitudes ou seja em estrito dever legal, cumprindo com seu dever.

A segurança privada em seu conceito a um conjunto de mecanismo de segurança que tem como objetivo direcionar esforços, no sentido de prevenir e reduzir perdas patrimoniais. Sabendo se que o profissional em segurança privada obtém como auxiliadora a segurança eletrônica, que tem o intuito de facilitar através de equipamentos eletrônicos (*softwares*) o ingresso de pessoas autorizadas ou não diante de métodos de identificação, ferramenta que tem como objetivo o controle de acessos.

E de extrema relevância lembrarmos do controle de acesso, onde o principal foco e a segurança do patrimônio, sendo agregados a segurança física e segurança eletrônica, direcionando públicos, eventos e grandes movimentos envolvendo pessoas. O controle de acesso em futuro próximo, inutilizará chaves de portas, trincos e cadeados tradicionais, pelo fato tecnológico estar avançado obtendo recursos financeiros de alto padrão, nas descobertas de novos hardwares envolvendo cartões magnéticos e a biometria; Já existindo estudos de grandes proporções na área biométrica em reconhecer o calor humano assim como o DNA, para serem utilizados na liberação junto ao controle de acessos.

ANEXO 1

CONSTITUIÇÃO IMPERIAL

LEI IMPERIAL 01/11/1828

TITULO III

POSTURAS POLICIAES

Art. 66. Terão a seu cargo tudo quanto diz respeito á policia, e economia das povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e proverão por suas posturas sobre os objetos seguintes:

§ 1º Alinhamento, limpeza, iluminação, e despachamento das ruas, cães e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edificios, e prisões publicas, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques, e quaisquer outras construções em beneficio comum dos habitantes, ou para decoro e ornamento das povoações.

§ 2º Sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade eclesiástica do lugar; sobre o esgotamento de pântanos, e qualquer estagnação de aguas infectas; sobre a economia e asseio dos currais, e matadouros públicos, sobre a colocação de costumes, sobre os depósitos de imundices, e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmosfera.

§ 3º Sobre edificios ruinosos, escavações, e precipícios nas vizinhanças das povoações, mandando-lhes pôr divisas para advertir os que transitam; suspensão e lançamento de corpos, que possam prejudicar, ou enxovalhar aos viandantes; cautela contra o perigo proveniente da divagação dos loucos, embriagados, de animais ferozes, ou danados, e daqueles, que, correndo, podem incomodar os habitantes, providencias para acautelar, e atalhar os incêndios.

§ 4º Sobre as vozerias nas ruas em horas de silencio, injurias, e obscenidades contra a moral pública

§ 5º Sobre os caminhos, e os que trazem gado solto sem pastor em lugares aonde possam causar qualquer prejuízo aos habitantes, ou lavouras; extirpação de repteis venenosos, ou de quaisquer animais, e insetos devoradores das plantas; e sobre tudo o mais que diz respeito á policia.

§ 6º Sobre construção, reparo, e conservação das estradas, caminhos, plantações de arvores para preservação de seus limites á comodidade dos viajantes, e das que forem uteis para a sustentação dos homens, e dos animais, ou sirvam para fabricação de pólvora, e outros objetos de defesa.

§ 7º Proverão sobre lugares onde pastem e descansem os gados para o consumo diário, em quanto os Conselhos os não tiverem próprios.

§ 8º Protegerão os criadores, e todas as pessoas, que trouxerem seus gados para os venderem, contra quaisquer opressões dos empregados dos registros, e currais dos Conselhos, aonde os haja, ou dos marchantes e mercadores deste gênero, castigando com multas, e prisão, nos termos do titulo 3º art. 71, os que lhes fizerem vexames, e acintes para os desviarem do mercado.

§ 9º Só nos matadouros públicos, ou particulares, com licença das Câmaras, se poderão matar, e esquartejar as rezes; e calculado o arrombamento de cada uma vez, estando presente os exautores dos direitos impostos sobre a carne; permitir-se ha aos donos dos gados conduzi-os depois de esquartejados, e vende-los pelos preços, que quiserem, e aonde bem lhes convier, com tanto que o façam em lugares patentes, em que a Câmara possa fiscalizar a limpeza, e salubridade dos talhos, e da carne, assim como a fidelidade dos pesos.

§ 10. Proverão igualmente sobre a comodidade das feiras, e mercados, abastança, e salubridade de todos os mantimentos, e outros objetos expostos á venda publica, tendo balança de ver o peso, e padrões de todos os pesos, e medidas para se regularem as aferições; e sobre quanto possa favorecer a agricultura, comercio, e industriados seus distritos, abstendo-se absolutamente de taxar os preços dos gêneros, ou de lhes pôr outras restrições á ampla, liberdade, que compete a seus donos.

§ 11. Excetua se a venda da pólvora, e de todos os gêneros susceptíveis do explosão, e fabrica de fogos de artifício, que pelo seu perigo, só se poderão vender, e fazer nos lugares marcados pelas Câmaras, e fora de povoado, para o que se fará conveniente postura, que imponha condenação, aos que a contravierem.

§ 12. Poderão autorizar espetáculos públicos nas ruas, praças, e arraiais, uma vez que não ofendam a moral publica, mediante alguma medica gratificação para as rendas do Conselho, que fixarão por suas posturas.¹⁹

ANEXO 2

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

LEI 7.102/1983 – REGULAMENTADA PELO DECRETO 89.056/1983 E
NORMATIZADA PELA PORTARIA 3.233/2012 – DG/DPF EM 10/12/2012

SÃO CONSIDERADAS ATIVIDADES DE SEGURANÇA PRIVADA:

I - vigilância patrimonial – atividade exercida dentro dos limites dos estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio no local, ou nos eventos sociais;

II - transporte de valores – atividade de transporte de numerário, bens ou valores, mediante a utilização de veículos, comuns ou especiais;

III - escolta armada – atividade que visa garantir o transporte de qualquer tipo de carga ou de valores, incluindo o retorno da guarnição com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários;

IV - segurança pessoal – atividade de vigilância exercida com a finalidade de garantir a incolumidade física de pessoas, incluindo o retorno do vigilante com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários;

V - curso de formação – atividade de formação, especialização e reciclagem dos vigilantes..²⁰

¹⁹ Disponíveis: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm - Acesso em 18/10/2014 às 11:34hs e http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-35062-1-outubro-1828-532606-publicacaooriginal-14876-pl.html - Acesso em 18/10/2014 às 11:51hs.

²⁰ Disponível: http://pt.wikipedia.org/wiki/Seguran%C3%A7a_privada – Acesso em 26/10/2014 às 11:33hs

BIBLIOGRAFIAS

Gestão de Segurança Patrimonial do autor Jair Barbosa – (Coleção Gestão) - 1 Título – Globus Editora Livraria Ltda. - 2012

Segurança Privada – A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo – Autora:- Viviane de Oliveira Cubas – Associação Editorial Humanitas – 2005

Competitividade em segurança empresarial dos autores Fernando Só e Silva; Gregorio Varvakis e Dagoberto Lorenzetti – cita Brasileiro (1999) - Editora Atlas – 2010

Princípio da Segurança Privada – Conceitos para Gestores de Segurança – autor Jair Barbosa – São Paulo – Globus Editora e livraria Ltda. – 2011

Insegurança Pública e Privada – autor Diógenes Dantas Filho – Rio de Janeiro – Editora Ciência Moderna Ltda. - 2009

SITES PESQUISADOS

http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_04.02.2010/art_144_.sh
m - Acesso em 18/10/2014

<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6331/Guarda-Municipal-Instituicao-bicentenaria-mantendo-a-seguranca-publica-no-Brasil> - Acesso em 18/10/2014

http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_144_.sh
m - Acesso em 05/11/2014

<http://www.brasilecola.com/sociologia/violencia-no-brasil.htm> - Acesso em 05/11/2014

<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/05/brasil-tem-maior-taxa-de-homicidios-desde-1980-alagoas-tem-pior-indice.html> - Acesso em 05/11/2014

<http://niziodobem.blogspot.com.br/2013/04/conheca-um-pouco-da-historia-da.html> -
Acesso em 23/10/2014

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u21496.shtml> Acesso em 28/09/2014

<http://www.vivaocondominio.com.br/tag/control-de-acesso-para-condominios> -
Acesso em 01/11/2014

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm - Acesso em 18/10/2014

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-35062-1-outubro-1828-532606-publicacaooriginal-14876-pl.html - Acesso em 18/10/2014

http://pt.wikipedia.org/wiki/Seguran%C3%A7a_privada - Acesso em 6/10/2014

http://www.cdsa.ufcg.edu.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1349:seguranca-publica-mais-q

http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Militar_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo

<http://policiamilitardesaopaulo.blogspot.com.br/2012/05/missao-visao-de-futuro-e-objetivos-da.html>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u21496.shtml>

<http://www.cardcom.com.br/como-funciona-o-cartao-de-acesso-de-seguranca/>

<http://www.dimep.com.br/blog/sistemas-de-acessos/funciona-control-de-acesso-cartao-seguranca/>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Biometria>

www.techtudo.com.br

<http://www.priberam.pt/DLPO/complemento>

<http://www3.iesam-pa.edu.br/>

http://en.wikipedia.org/wiki/Allan_Pinkerton

http://en.wikipedia.org/wiki/William_Fargo

<http://www.priberam.pt/DLPO/complemento>

